

Aspectos subjetivos de um grupo associativo de produção: uma experiência de trabalho, comunidade e afetividade na economia solidária¹

Marianne Lima Martins²

Resumo

O presente artigo retrata um estudo realizado na Cidade Estrutural (DF), que teve como objetivo compreender os aspectos subjetivos dos grupos associativos de produção em Economia Solidária (empreendimentos econômicos solidários), observando-se as produções de sentido elaboradas por seus trabalhadores associados no contexto daquela comunidade. A partir da Psicologia Social Crítica, a investigação foi desenvolvida com base na Epistemologia Qualitativa e na Psicologia Comunitária, onde a Subjetividade foi suporte teórico para construção de informações sobre o objeto de estudo. Observamos no grupo pesquisado uma configuração subjetiva constituída por três núcleos de sentidos: Trabalho, Comunidade e Autogestão. Este último se desdobrou em dois sub-núcleos: a) cooperação entre membros e b) decisões participativas. Discutimos a subjetivação social e individual que permeia as práticas da economia solidária, identificando-a como cenário subjetivo assinalado por contradições advindas dos aspectos econômicos, sociais e políticos, bem como da emocionalidade e processos comunitários presentes nos grupos associativos de produção, levando à reflexão sobre as experiências de trabalho apresentadas como caminhos necessários e possíveis de transformação social.

Palavras-chave: Grupo Associativo de Produção, Trabalho, Economia Solidaria, Subjetividade, Produção de Sentido.

Resumen

En el artículo se presenta una investigación desarrollada en la Ciudad Estructural, con el objetivo de comprender los aspectos subjetivos que atraviesan los grupos asociativos de producción en Economía Solidaria (emprendimientos económicos solidarios), donde observamos las producciones de sentido de sus trabajadores asociados en el contexto daquela comunidad. Desde la Psicología Social Crítica, la investigación fue desarrollada considerando la Epistemología Cualitativa y de la Psicología Comunitaria, donde la Subjetividad fue el soporte teórico para la recolección de información sobre el objeto de investigación. Observamos en el grupo investigado una configuración subjetiva constituida por tres núcleos de sentido: Trabajo, Comunidad, y Autogestión. Este último se subdividió en dos sub-núcleos: a) cooperación entre los miembros y b) decisiones participativas. Discutimos los procesos de subjetivación social e individual que permean las prácticas de la Economía Solidaria, identificando un escenario subjetivo caracterizado por contradicciones resultantes de aspectos económicos, sociales y políticos del trabajo asociativo; así como por la emocionalidad y procesos comunitarios presentes en los grupos asociativos de producción, llevandonos a refletir a cerca de las experiencias de trabajo que se ponen en cuanto caminos necesarios y posibles del cambio social.

Palabras clave: Trabajo, Economía Solidaria, Grupo Asociativo de Producción, Subjetividad, Producción de Sentido.

¹Recibido: 08/Marzo/2012. Aceptado: 08/Agosto/2012

²Psicóloga pelo Centro Universitário de Brasília (2008), Educadora Popular pela Universidade Católica de Brasília (2010). Atua como Psicóloga Social desde a perspectiva da Psicologia do Trabalho e da Psicologia Social Comunitária, abordando os seguintes temas: trabalho, grupos de produção, autogestão, subjetividade, ação coletiva, inserção comunitária. Atualmente é assistente administrativo na Fundação Banco do Brasil, na Diretoria de Desenvolvimento Social (Gerência de Educação e Cultura). Atua no Coletivo Luta Vermelha, desenvolvendo atividades de articulação política e mobilização social entre movimentos e organizações sociais no Distrito Federal, bem como a abordagem psicossocial na formação política.

Abstract

In this article, we present a study developed in Cidade Estrutural (DF) in order to understand the subjective aspects that permeate the associative production groups in Solidarity Economy (solidarity economic enterprises), in order to understand the meanings production and the subjective organization that are drawn up in that community context. Based on the Social Critical Psychology, the research was developed with Qualitative Epistemology and Community Psychology perspective, while monitoring the organization of that group, in which subjectivity is the theoretical support for the construction of information on the object. We observed, in the analyzed group, a subjective configuration consisted of three nucleuses of meaning: Work, Community, and self-management. The latter was divided into two sub nucleuses: a) cooperation between members and b) participatory decision-making. We discussed the social and individual subjectivity that pervade the practice of solidarity economy, identifying it as a subjective scenario which is marked by contradictions that come from economic, social and political aspects of the associative work, as well as the emotions and community processes of the associative production group, what makes we think about the work experiences sinalized as needed and possible ways for social change.

Keywords: Associative Production Group, Work, Solidarity Economy, Subjectivity, Meaning Production.

Introdução

No presente artigo tratamos de práticas de produção de bens e serviços orientadas pelo princípio da solidariedade organizadas em grupos associativos de produção, os quais tem sido propostos como experiências alternativas de trabalho, desde perspectivas de transformação social constituídas num conjunto de significados, práticas e políticas que tem se denominado “Economia Solidária”.

Por se tratar de um artigo introdutório, a Economia Solidária é abordada sem intencionarmos para discussões econômicas e políticas sobre as inúmeras problemáticas que lhe envolvem enquanto alternativa ao modo de produção capitalista – o que requer maior aprofundamento prático-empírico, bem como um delineamento teórico e epistemológico mais extenso, envolvendo o porquê, para quê e como fazer investigações sobre esta temática, e uma análise desde o materialismo histórico sobre a superação do modo de produção dominante.

A partir da psicologia social crítica, consideramos a problemática da subjetividade como protagonista de considerações elucidativas sobre a Economia Solidária, sendo elemento-chave para entendermos, à luz da psicologia, as experiências práticas em autogestão e produção em associação. Essa forma de produzir é abordada considerando-a dentro dos processos micro e macro sociais constituídos no mundo do trabalho.

Compreendemos trabalho como um fenômeno cujas várias determinações e representações resultam de alterações construídas historicamente, ao longo de transformações culturais. Partilhamos da análise marxista de que o trabalho constitui fundamentalmente a historicidade humana e que suas concepções se determinam ao longo de um conjunto de transformações

sociais, por meio das quais se constrói nosso psiquismo (Furtado, 2003), não como um simples reflexo de macroestruturas sociais, mas como uma teia de processos sociais e individuais que se entrelaçam e se interferem mutuamente em realidades concretas, determinadas por seus aspectos materiais.

Assim, compreensão do trabalho não pode se reduzir à forma dominante como se expressa e deve ser compreendido como um processo social não reificado que diz respeito a

(...) uma dimensão concreta da realidade e um fenômeno que é estudado em sua dimensão concreta, representada por um determinado modo de produção, por uma determinada relação de produção, por uma determinada divisão técnica e social do trabalho, por um certo engendramento das forças produtiva e dos meios de produção. (...) Isso significa dizer que o fenômeno trabalho é historicamente determinado e se manifesta de uma determinada maneira, conforme a condição histórica, a história social de um país, a sua determinada relação de classes. Por isso, estudar o trabalho significa estudar a condição humana (...) e ao mesmo tempo estudar as relações concretas de desenvolvimento histórico das relações de produção (Furtado, 2003: 221, grifos nossos).

Vários determinantes sociais e individuais se interpõem no desenvolvimento do trabalho em nossa sociedade capitalista, permitindo que o ser humano não se reduza a um produto do meio – definido pela ocupação que desempenha ou pelo salário que recebe – mas que constrói o cenário social e é construído por este, mostrando que os espaços sociais refletem diferentes facetas da produção e expressam contextos peculiares de atuação do ser humano, relacionados ao modo de produção dominante e a projetos de sua superação. É este aspecto não reificado do trabalho que procuramos compreender a partir da subjetividade (González Rey, 2007; 2005; 2003), categoria muitas vezes retratada na psicologia para se compreender o indivíduo desde uma perspectiva reducionista que exclui o social da compreensão dos fenômenos humanos, mas que aqui implica em outra abordagem.

Propomos a subjetividade como espaço teórico e prático nas ciências sociais que trata da relação dialética de processos sociais e individuais (González Rey, 2003). Trata-se de uma categoria de análise psicossocial que compreende o ser humano pela sua natureza cultural e histórica, conferindo no encontro do social com o indivíduo um processo recursivo, como um fenômeno complexo (Morin, 2002), onde a influência recíproca destes contextos reflete a não categorização do psiquismo como um resultado de determinações sociologizantes ou psicologizantes.

Consideramos o trabalho, portanto, em suas dimensões políticas, econômicas, culturais e psíquicas encerradas no modelo dominante de produção e de relações laborais que foram

constituídas socialmente ao longo do tempo e que sofre influência ininterrupta de processos culturais construídos pelos indivíduos em seus espaços sociais de atuação. Nesse sentido, os grupos associativos de produção na Economia Solidária mostram-se um cenário privilegiado para abordarmos o trabalho enquanto espaço subjetivo da expressão humana alicerçada num processo de transformação social que se propõe contrapor (econômico, político e culturalmente) o modo de produção do Capital, concepção esta que propomos compreender a partir do pressuposto teórico da Subjetividade.

A base teórica da subjetividade como ferramenta para compreensão dos grupos associativos de produção

A Economia Solidária tem sido considerada uma proposta alternativa a lógica do Capitalismo (FBES, 2010), constituindo não uma substituição, mas espaço de geração de outras formas de trabalho em paralelo ao modelo dominante de produção. Retrata uma possibilidade de expressão do trabalho e da organização social, sem que haja a superação de um modelo pelo outro, mas sim a possibilidade de várias organizações de produção de bens e serviços baseadas na solidariedade coexistindo com as empresas capitalistas, como possibilidade para se construir uma transformação na sociedade que supere as condições de pobreza e desigualdade (Singer, 2002).

Não se trata de a alternativa ao capitalismo, mas sim da possibilidade de desenvolvimento socioeconômico desde as possibilidades atuais de nossa sociedade, sendo portanto uma alternativa que intenta gradativa transformação social, um cenário de transição de práticas dominantes para propositivas a partir das forças produtivas existentes (Coraggio, 2007; Santos e Rodríguez, 2003).

Esta premissa se contrapõe a outras ações de transformação social que buscam a superação do modo de produção do Capital, nos seus aspectos econômicos, políticos e ideológicos, ou seja, em todas as raízes da produção e reprodução da vida para efetivação de uma outra sociedade, a saber, socialista. Tal posicionamento questiona a Economia Solidária como alternativa efetiva de transformação do modo de produção social pela sua proposta de coexistência com o Capital e todas suas fontes de manutenção (Claus Germer, 2006).

Como esclarece Santos (2007), a intenção das alternativas não-capitalistas na contemporaneidade não é de substituição sistêmica de imediato, mas de vivenciar um processo civilizatório divergente da cultura de valores e práticas que giram em torno da desigualdade e injustiça social, competição, concentração dos meios de produção, degradação do meio ambiente e despreocupação com as gerações futuras, pressupondo uma alternativa de sociabilidade.

Aproximando-nos mais de Claus Germer (2006), trazemos na discussão do presente artigo a Economia Solidária como conjunto de experiências que se apresentam com proposta para superar o capitalismo e nos propomos a compreendê-la a partir das considerações quanto aos aspectos simbólicos e práticos que lhe envolvem, considerando-a mais como proposta não-capitalista de negação do modo de produção do Capital.

A Economia Solidária vem sendo defendida como um meio de desenvolvimento econômico e social pautado na autogestão dos trabalhadores, onde a produção se baseia em práticas de grupos que coletivizam os meios para produzirem bens e serviços, desde uma organização social da produção baseada na colaboração entre trabalhadores, instituições e governos (Mance, 2006; Singer, 2002).

É apontada como uma “outra forma de produzir” que se fundamenta no princípio da solidariedade, refletida na coletividade dos meios de produção em grupos em que as pessoas se inserem voluntariamente por associação, e se relacionam a partir da autogestão (onde o que é produzido é do grupo e se divide de maneira equitativa entre seus membros, a partir das decisões tomadas em assembléia). Essa outra forma de produzir é significada como a emancipação dos trabalhadores, o que se compartilha por inúmeras pessoas que tem em comum, por sua vez, condições históricas de exclusão social ou uma perspectiva de mudança dessa realidade. Os diferentes cenários de atuação das pessoas em que este ideal é compartilhado organizam um espaço social peculiar de inteligibilidade sobre o que é e o que deve ser considerado Economia Solidária.

Nessa inteligibilidade, as práticas cotidianas da Economia Solidária implicam no confronto com uma cultura alicerçada em valores não solidários, expondo-a como um processo de reorganização social em constante movimento que traz consigo um ideal de superação da cultura capitalista.

Assim, a Economia Solidária pode ser compreendida como um Zona de Sentido (González Rey, 2003; 2005), que se elabora como um espaço compartilhado de leitura do modelo dominante de produção como algo a ser transformado. Enquanto uma zona de sentido, ela se torna inteligível a partir da apropriação social do seu significado como alternativa socioeconômica, bem como do compartilhamento dos seus princípios, valores, vivências e tensões – ou seja, da sua experiência prática, o que a torna de difícil acesso a zonas de sentido sustentadas em práticas contrastantes, e mais permeável em outras zonas que se desdobram por processos sociais análogos.

As zonas de sentido não são espaços de inteligibilidade cristalizada sobre um fenômeno. São construídas por pessoas e seus cenários sociais, que juntos dão origem à compreen-

sões e representações de um fenômeno que se constitui enquanto núcleo da zona de sentido, devido à carga simbólica compartilhada sobre este num determinado espaço social (González Rey, 2003).

O significado da Economia Solidária permeia o tempo todo seus espaços práticos e impacta nas experiências das pessoas neles envolvidas. A sua prática é realizada por diferentes grupos (FBES, 2008; Gaiger, 2009; Mance, 2006): “empreendimentos econômicos solidários” que são as unidades produtivas onde se desenvolvem os trabalhos associativos de produção de bens e serviços (aqui compreendidos como grupos associativos de produção); gestores públicos envolvidos com políticas públicas de Economia Solidária, e os agentes de assessoria técnica, que realizam trabalhos de apoio técnico ao desenvolvimento sistematizado das práticas dos empreendimentos.

O envolvimento destas pessoas nos grupos associativos de se dá a partir das imbricações entre os aspectos simbólicos que permeiam o grupo e as particularidades das pessoas que compõem o mesmo, visto que elas levam consigo todas suas trajetórias pessoais e histórias de vidas carregadas de emocionalidade, as quais se relacionam aos vários espaços sociais em que transitaram, determinados pelas macroestruturas sociais. As experiências das pessoas tornam-se únicas e influenciam a vivência do trabalho associativo, o que compreendemos por meio de processos de subjetivação individual.

As experiências anteriores e atuais conferem à pessoa sua originalidade na medida em que as cargas emocionais de suas vivências se entrelaçam aos aspectos simbólicos presentes na rede de eventos da vida, o que promove a produção de sentidos subjetivos individuais relacionados às experiências pessoais passadas, presentes ou às expectativas futuras (González Rey, 2007; 2003).

Seria inevitável, portanto, excluir dos esquemas de inteligibilidade que elaboramos a cerca da Economia Solidária a abordagem das emoções, das histórias de vidas e dos significados que se entrelaçam e se apresentam pelas pessoas neste cenário, nas produções de sentido subjetivo (González Rey, 2007). Entretanto, compreendê-los a partir da subjetividade não se limita às elaborações de sentido subjetivo individual.

González Rey (2003) esclarece que os espaços sociais apresentam processos subjetivos a partir da interconexão recíproca de aspectos individuais e sociais, significados e emocionalidades. Assim, compreendemos a Economia Solidária como um processo social que se desenvolve pelas relações entre estruturas e organizações sociais com as histórias de vidas das pessoas e suas produções subjetivas num espaço social concreto, onde compartilham uma

atuação social e se envolvem de maneira única nestas experiências, o que acaba por dar uma peculiaridade a esse próprio espaço.

Este encontro de sentidos subjetivos e práticas sociais vão ganhando significado nos espaços compartilhados de atuação cotidiana das pessoas, configurando estes grupos produtivos e a comunidade onde se desenvolvem como reflexo de uma subjetividade social.

Tais aspectos subjetivos perpassam o processo de organização dos grupos associativos de produção sob o significado de ruptura e experiência pessoal alternativa ao modelo de produção capitalista, cenário esse que procuramos compreender por meio de uma pesquisa envolvendo um grupo associativo de produção numa comunidade do Distrito Federal.

Metodologia

O presente artigo é fruto de uma investigação realizada na conclusão do curso de graduação em psicologia em 2008, onde se acompanhou a organização de um grupo associativo de produção durante 4 meses na Cidade Estrutural, uma das comunidades mais pobres do Distrito Federal, com grave cenário de exclusão social e baixo desenvolvimento socioeconômico.

Tal estudo teve como objetivo compreender os aspectos subjetivos dos grupos associativos de produção, observando-se as produções de sentido elaboradas no tecido social da comunidade onde o grupo se desenvolve, levando-se em conta as práticas das pessoas dele participantes. O grupo pesquisado refere-se a uma associação de 15 pessoas (13 mulheres e 2 homens). Os associados desempenhavam diferentes responsabilidades, dividindo-se em associados e membros da diretoria (com um presidente e um vice-presidente). Criada em 2006 quando catadores de lixo e prestadores de serviços domésticos sentiram a necessidade de se unir e construir algum trabalho alternativo que lhes pudesse complementar a renda familiar, o grupo passa a integrar o movimento de economia solidária a partir de articulações de algumas de suas lideranças junto ao Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno, compondo em seguida o movimento nacional.

Este empreendimento econômico solidário caracterizava-se pela atuação em área urbana, e destinava-se a produção de gêneros agrícolas a partir do reaproveitamento do lixo orgânico e oxigenação do solo com minhoca (produção de adubo), que geralmente era vendido no próprio espaço da associação, ou em feiras locais na Cidade Estrutural e em outros bairros próximos. O grupo dividia as vendas conforme a produção do adubo pelos seus associados, e enfrentava dificuldades para administrar a repartição dos resultados de forma equitativa e nos relacionamentos interpessoais entre os associados. No momento do estudo, passava por um processo de reestruturação física para melhorar a estocagem de matéria-prima e reorganização do

espaço para assembleias e reuniões, aguardando apoio financeiro de políticas públicas de economia solidária para manter um terreno próprio, e até então só recebia apoio em assessoria técnica de uma Universidade pública na capacitação para vendas e melhoria dos produtos.

A Cidade Estrutural é uma comunidade situada nas proximidades do Plano Piloto, centro de Brasília, e tem cerca de 30 mil habitantes. Se constituiu às margens do aterro sanitário da capital federal (o “lixão”), a partir da década de 50, em meados da construção de Brasília e crescente demanda de mão de obra barata, vinda de várias partes do país a procura de trabalho. A partir daí, a “Vila Estrutural” foi aglomerando dezenas, centenas, milhares de famílias – primeiramente em barracos de lona e sem nenhum tipo de serviço básico de saúde, educação, moradia, transporte – num espaço de convivência comunitária, que também atraía pela possibilidade de fonte de renda com o trabalho de catador no aterro.

Desde uma trajetória de inúmeros conflitos, resistência e luta junto ao governo e sociedade pelo seu reconhecimento como local de morada e demandante de políticas públicas mínimas, a antiga vila – hoje reconhecida como Cidade Estrutural – foi crescendo e tendo suas condições de vida “melhoradas”. Mesmo após aprimoramento da infraestrutura urbana e de serviços de saúde e educação, ainda hoje enfrenta forte exclusão social que a afasta da qualidade de vida nos patamares da capital federal, com seu cotidiano perpassado por uma crise habitacional e ambiental (muitas famílias ainda vivem em barracos e em péssimas condições, inclusive próximas ao lixão), poucas oportunidades de trabalho gerando dependência do aterro e do contato direto com o lixo, necessidades de qualificação da educação, melhora na segurança pública e na abordagem da violência, prospecção de áreas de lazer e integração social, difusão cultural, etc.

A maioria das pessoas na Cidade Estrutural vive do comércio, da prestação de serviços domésticos, ou do trabalho de coleta seletiva no aterro sanitário. Poucos são os grupos associativos de produção e até o momento da pesquisa aqui apresentada, existiam 3 empreendimentos mapeados na Cidade, num total de 50 associados, o que reflete uma pequena parcela da população dessa região se organizando em práticas de Economia Solidária (pelo menos com base nos dados apresentados pelo Sistema de Informação em Economia Solidária – SIES, do Ministério do Trabalho e Emprego para a área do Distrito Federal e Entorno).

A pesquisa realizada se orientou pela Epistemologia Qualitativa, o que nos permitiu ampliar as construções teóricas sobre os aspectos subjetivos do grupo associativo de produção. Nesse conjunto de pressupostos teórico-metodológicos sobre como fazer ciência e, por conseguinte, quais as orientações investigativas que pautam o trabalho de campo, a escolha metodológica se embasa numa visão do objeto de estudo e da ação investigativa, em que a qualidade

da expressão do objeto é que nos permite discorrer sobre os seus processos, a partir de sua compreensão enquanto cenário subjetivo. Assim, considera-se o grupo e seus membros participantes dos estudo como fonte de informações que dizem respeito ao cenário social pesquisado (González Rey, 2005).

A Epistemologia Qualitativa implica a busca pelo conhecimento direcionada por uma produção construtiva-interpretativa (González Rey, 2005). Não procuramos confirmar ou refutar uma hipótese determinada a priori em relação ao grupo associativo de produção e seus aspectos subjetivos, mas sim, desenvolver interpretações sobre seus processos desde o olhar da subjetividade, relacionando-as com construções teóricas anteriores e a partir do trabalho de campo. Assim, a pesquisa se desenvolveu como um processo no qual o pesquisador participa ativamente, interagindo constantemente com os sujeitos da pesquisa para compreender seu objeto de estudo.

A base teórico-metodológica da Psicologia Comunitária (Freitas, 1998), sustentou o percurso de interação com o grupo estudado, e as considerações político-sociais a cerca dos aspectos subjetivos que caracterizam o fenômeno da Economia Solidária na Cidade Estrutural. A inserção na comunidade e o posicionamento crítico a cerca de seus elementos políticos, econômicos e sociais nos permitiu enxergar sua condição de extrema pobreza desde uma perspectiva mais crítica e que ressaltasse as potencialidades locais.

Não obstante o conhecimento se construa a partir de uma comunicação fundamental ao trabalho de campo, ao longo deste percurso desenvolvemos hipóteses através de indicadores de sentido, compreendidos como possibilidades de construções teóricas a cerca da Economia Solidária a partir de instrumentos metodológicos selecionados. Assim, o arcabouço instrumental compõe um conjunto de ferramentas que facilitam a interação com os sujeitos e elaborações teóricas sobre o objeto de estudo (González Rey, 2005).

No presente caso, as dinâmicas conversacionais (conversas livres entre pesquisador e sujeitos da pesquisa orientadas, mas não limitadas, por indicadores de sentido), complemento de frases (palavras – indicadores diretos – a serem completadas como frases pelas pessoas que participam da pesquisa) e as observações de campo (incluindo participações em reuniões e assembleias do grupo pesquisado) constituíram as ferramentas instrumentais da investigação.

As diversas visitas à comunidade onde se localiza o grupo associativo, a aproximação gradativa e o relacionamento espontânea com os moradores nos permitiu momentos de exploração mais autêntica e rica do assunto, o que se expõe a seguir a partir das informações elaboradas nas observações de campo durante reuniões do grupo, assembleias e momentos infor-

mais, além de dinâmicas conversacionais e completamento de frases realizados com cinco pessoas durante os quatro meses de pesquisa na Cidade Estrutural.

Análise e discussão das informações

A construção das informações a cerca dos aspectos subjetivos do grupo estudado se deu a partir da análise de três núcleos de sentido, elaborados quando na aplicação integrada dos instrumentos de pesquisa e revisitação teórica: produção de sentido subjetivo em relação ao trabalho, à comunidade e à autogestão.

Primeiramente, esses núcleos são discutidos a partir do aporte teórico trazido sobre nosso objeto de estudo, relacionando-o a produção intelectual do próprio pesquisador no momento da análise. Em seguida, nas considerações finais sugerimos algumas construções teóricas mais gerais sobre os processos subjetivos dos grupos associativos de produção fazendo contraponto a Economia Solidária enquanto proposta de transformação social, com indícios de novas produções científicas ou revisões teóricas a serem elaboradas sobre os fenômenos em questão.

Núcleo de Sentido 1: Trabalho

No uso de dinâmicas conversacionais, percebemos elementos contraditórios na produção de sentido subjetivo individual a respeito da vida profissional dos integrantes do grupo associativo. Observamos que diversos desafios profissionais superados ao longo da vida repercutem na experiência atual de uma associada dentro do grupo.

Vejamos este trecho de uma dinâmica conversacional:

“Porque eu trabalhava em clínica né, salão, então eu só vivia arrumada, depois dele [empreendimento] foi que me acabaram. (...) Aí essa menina, quebradeira de babaçu, doméstica, já fez curso de massagem e foi massagista pra gente da alta...”

O espaço social do grupo associativo de produção se expressa indiretamente na frase “Aí essa menina, quebradeira de babaçu, doméstica, já fez curso de massagem e foi massagista pra gente da alta...”, como uma possibilidade para o auto-reconhecimento deste sujeito como uma pessoa batalhadora, que enfrentou grandes desafios e os superou. Percebemos o indicador dessa experiência atual no empreendimento como uma nova oportunidade de superação e êxito na vida.

Outro sujeito fala de como é trabalhar no grupo:

“É difícil! Acho que depende de muita fé e esperança. Porque a gente não vem só pelo dinheiro. Tem que gostar. Então é algo que eu gosto, que eu tenho amor. (...) A gente vive num mundo materialista. E isso não é justiça.”

Há um indicador de que a atuação desta pessoa no empreendimento é uma relação bastante afetuosa, que por sua vez pode indicar que as conseqüências do trabalho estão menos voltadas para a obtenção de renda e mais para uma satisfação e realização pessoal.

O sentido subjetivo associado ao envolvimento no empreendimento pode indicar o modo como esta pessoa atua nesse cenário social posicionando-se como sujeito, embora não seja uma configuração subjetiva individual que produzirá em todos os espaços sociais em que atua (González Rey, 2005; 2003): O rompimento com o significado dominante do trabalho, de que o enriquecimento é sua finalidade exclusiva, pode indicar que essa expressão permite a produção de sentidos subjetivos alternativos àqueles significados dominantes e cristalizados em relação à hierarquia, assalariamento, relações competitivas, etc..

Observa-se no trecho abaixo que são elaborados também posicionamentos sobre a exploração do trabalhador e sua relação com a jornada de trabalho:

“A escravidão antigamente era só pra negro. Agora, é pra todos, sem exceção. (...) Minha colega não recebe hora extra e trabalha de oito às seis. Você entendeu? O horário dela é das nove às cinco, ou às dezoito, e ela disse que sai todo dia oito horas da noite. E não recebe hora extra! Quer dizer, pra você se manter num emprego desses tem que aguentar um desaforo desses. Escravidão de branco, que eu chamo, entendeu? Então não tem como a gente ficar tranquilo num mundo desse, as pessoas viverem chorando querendo justiça.”

Esse posicionamento crítico pode ser indicador de que o envolvimento no grupo carrega elementos de oposição ao modelo dominante de produção, pois “trabalhar” se relaciona a sentimentos de justiça e liberdade em relação à atividade produtiva (relação escravidão/jornada de trabalho), elaborando-se sentidos subjetivos sobre a atuação no empreendimento associada à possibilidade de se experienciar uma jornada de trabalho mais justa e digna. Esse momento também é um indicador de como a subjetividade social do grupo associativo de produção se configura por sentidos subjetivos relacionados a atuação num espaço social que permita a possibilidade experienciar um ambiente de trabalho não-exploratório.

Vejamos essas expressões de conversas e completamento de frases de outro sujeito:

“Eu comprei esse lote aqui com dinheiro de massagem. Construí também com dinheiro de massagem.

O dinheiro: não é tudo

O empreendimento: é um novo ramo de renda e trabalho para as pessoas de baixa renda.”

A definição do empreendimento como espaço de trabalho e renda voltado para pessoas de baixa renda pode indicar como a Economia Solidária é compreendida pelo seu aspecto compensatório pelos seus atores, e não um espaço econômico-social capaz de comportar trabalhadores de outras classes sociais, tendo em vista a hipótese de que a Economia Solidária é experienciada a partir do significado de ser destinada unicamente ao pobre.

Esta construção simbólica (“Economia Solidária é para pobre”) se desdobra a partir de tensões geradas na organização social das práticas dos empreendimentos econômicos solidários, de grande relevância política ao analisarmos a Economia Solidária como caminho de transformação social sem distinção de classe e sua proposição como forma de desenvolvimento econômico social de caráter estrutural, e não compensatório (como se propõe desde Coraggio, 2007 e Guerra, 2007).

Mesmo apresentando-se como alternativa sem distinção de classe social, a maioria das pessoas que constituem os grupos associativos de produção pertencem às classes sociais de menor renda familiar (SIES, 2007). Isso nos incita refletir sobre a consideração imperativa da classe social na análise das práticas anti-capitalistas de produção, e para quem essa outra forma de produzir é, para além de possível, necessária e como tem atendido às necessidades destas camadas sociais na promoção de mudanças de suas condições de exploração, pobreza e exclusão social.

O espaço social do empreendimento apresenta também elementos contraditórios em relação ao seu reconhecimento como trabalho. Vejamos este completamento de frases:

“Trabalhar: Gosto do meu trabalho, sou alfabetizadora de adultos.

Um dia: teremos uma vida melhor, e seremos um grupo desenvolvido financeiramente, socialmente e igualmente.”

O empreendimento não se relaciona ao indicador direto “trabalhar”, o que pode indicar que o mesmo não se associa a um sentido subjetivo de atividade considerada trabalho para este sujeito; percebemos que é outra atividade (“alfabetizadora de adultos”) que se significa como trabalho num processo identitário dessa pessoa (“sou”). Não se traz a experiência atual do empreendimento para sua subjetivação enquanto trabalhadora.

Mesmo o empreendimento configurando-se subjetivamente pelo aspecto simbólico que a Economia Solidária abarca de ser uma possibilidade de geração de trabalho e renda, há aqui um indicador de que o empreendimento não é reconhecido como trabalho pelos seus próprios membros. Há uma contradição exposta na tensão entre a prática cotidiana da Economia Solidária

ria e sua significação de transformação social sustentada na reorganização dos processos de trabalho em práticas alternativas; pois mesmo sendo praticada pelo seus atores, não se elaboraram sentidos subjetivos que lhe confirmam a vivência enquanto real alternativa econômico-social.

Percebemos nestas últimas construções um indicador de que a Economia Solidária pode se caracterizar como um projeto de desenvolvimento econômico-social que ainda pode vir a ser experienciado e assumido por seus atores como alternativa ao modelo dominante de produção, mas que não se consolida como prática cotidiana de superação do modo de produção Capitalista.

Núcleo de sentido 2: Comunidade

Neste núcleo, integraram-se diferentes indicadores de como a comunidade constitui um importante elemento da configuração subjetiva dos sujeitos de pesquisa, bem como da organização subjetiva do grupo associativo de produção estudado.

As frases abaixo constituíram parte de um poema que um dos membros do grupo apresentou espontaneamente à pesquisadora, após alguns encontros realizados com o mesmo para se conhecer a comunidade Cidade Estrutural:

“Lá nos confins, longe do Plano Piloto pra ficar longe dos outros
E não poder, a ninguém incomodar.
Por não poder, eu aqui morar por perto,
Por não ser, um médico ou arquiteto,
E ter direito, só a ônibus circular.”

Neste poema, visualizamos uma crítica ao sistema de transporte público da capital federal, partindo da exposição de sua condição de excluído e do significado da profissão que outras pessoas realizam, além de sentimentos expressos por esta pessoa de inadequação ao espaço elitizado da cidade. Percebemos um indicador do impacto do seu local de moradia na sua autoimagem, constituindo-se um indicador de que as relações desiguais de bem-estar coletivo são significadas por este sujeito a partir do status social que uma profissão permite, onde a localização mais elitizada, no Plano Piloto (região de alta renda de Brasília) dá acesso ao transporte público diferenciado daqueles que moram na Cidade Estrutural. Esses elementos podem indicar como a subjetividade social da comunidade (como é sua realidade, como é experienciada e como se organiza socialmente) constitui-se por sentidos subjetivos de exclusão político-social e preconceito geográfico.

É interessante observarmos que o olhar crítico desse sujeito em relação à política pública ineficiente de transporte coletivo, a partir da sua experiência cotidiana como usuário morador da comunidade, mostra um indicador de como o cenário político se organiza subjetivamente a

partir do posicionamento das pessoas nas suas relações com a esfera institucional. A subjetividade social da comunidade é perpassada por uma dimensão política que comporta um possível espaço de oposição a um poder estabelecido, onde o questionamento pelo bem-estar coletivo, através da crítica ao sistema de transporte público precário e excludente, pode constituir-se numa via privilegiada para que o posicionamento político desses sujeitos se desdobre em ações participativas de transformação do espaço comunitário.

Vemos aqui um indicador de que a subjetividade social da comunidade configura-se por elementos como: a) o preconceito social; b) a imagem social relacionada à localização geográfica e c) a necessidade de maior participação social como via de relacionamento com as instâncias governamentais para o desenvolvimento de políticas públicas eficientes para esta comunidade, congruentes com as vivências diárias dos seus moradores.

Ainda, vemos aqui um indicador da tensão entre as estruturas governamentais e o sentido subjetivo relacionado a atuação desta pessoa no espaço comunitário. Esse elemento de tensão pode ser um indicador da atuação desta pessoa como sujeito frente às políticas públicas; onde a sua postura crítica repercute na cisão com um espaço institucional de poder e defesa do bem estar coletivo, indo de encontro ao discorrido por Touraine (2006) e González (2007; 2003) sobre a constituição do sujeito a partir da ruptura com espaços de poder institucionalizado e seu posicionamento ativo, crítico e alternativo nos diversos contextos em que atua.

Aqui, pela peculiaridade da atuação dessa pessoa num espaço comunitário, podemos observar sua constituição como sujeito da comunidade, onde seu posicionamento político, apresentando rupturas com instituições de poder, se relaciona ao local de convivência comunitária por um sentido subjetivo associado à coletividade das condições de bem-estar.

A configuração subjetiva social da comunidade e individual de seus membros demonstram a complexidade das relações entre os múltiplos espaços sociais em que o sujeito pode atuar (políticas públicas, trabalho, comunidade). Observamos, assim, a não reificação da pobreza como condição social paralisante da atuação política num espaço comunitário.

Ademais, em um trecho de uma conversa, percebemos indicadores de elementos da configuração subjetiva social do empreendimento associados à comunidade:

“Eu to aqui no [empreendimento] lutando é porque acredito que vai ser bom. Mas em nome da Estrutural. Eu não quero o [empreendimento] da fulana, ou ciclana. Quero o [empreendimento] da Estrutural. Da cidade, porque a cidade é muito mal vista. A gente tem que mostrar essa cara desse trabalho, que aqui também tem mulher que trabalha, que a Estrutural tá aqui. Então eu trabalho no [empreendimento] e to dando o sangue. To dando o sangue mesmo. Briga, muita raiva, o trabalho... pra no fundo... compensou! Comigo mesma, pra mostrar que eu sou capaz.”

Nesse trecho há um indicador de sentido subjetivo relacionado à comunidade, associado à imagem desta como um espaço social desvalorizado e a do empreendimento como oportunidade de impulsionamento do desenvolvimento local, compreendido, segundo Martins (2002), como conjunto de ações orientadas à promoção do bem estar coletivo e qualidade de vida em um território, atribuindo à comunidade um papel de agente, e não apenas beneficiária. Podemos compreender a produção de sentidos subjetivos relacionados à participação comunitária, onde a organização social em grupos associativos de produção desenha-se como um aspecto inerente à promoção do desenvolvimento local.

Observamos que há também um indicador do forte impacto deste grupo na comunidade, tendo em vista a produção de novos sentidos subjetivos associados a um significado social do empreendimento e o valor que ele associa à comunidade.

Ainda, podemos compreender que este sujeito produz sentidos subjetivos relacionados à sua identidade enquanto agente de desenvolvimento local, pois há um indicador do papel relevante que considera exercer na sua comunidade, a partir de sua atuação no empreendimento. O engajamento desta pessoa pode ser um indicador do forte impacto do empreendimento em sua vida pessoal que lhe orienta, enquanto parte de um grupo associativo de produção, a uma atuação engajada que se desdobre em mudanças da sua realidade comunitária, e impacte na imagem negativa da comunidade. Esta construção se aproxima de Coraggio (2004) a respeito do impacto destes grupos na mudança de espaços sociais em que estão inseridos, desde uma perspectiva de desenvolvimento qualitativo do cenário social cotidiano que as pessoas habitam.

Núcleo de sentido 3: Autogestão

A autogestão pode ser compreendida como o gerenciamento compartilhado dos processos de trabalho pelas pessoas que fazem parte de um empreendimento econômico solidário. O pressuposto da autogestão é que os grupos associativos se desenvolvam sem relações hierárquicas de chefe-subordinado, potencializando-se a participação de cada membro do grupo no processo produtivo e organizacional dos seus espaços de convivência (Singer, 2002).

Nesta pesquisa podemos observar alguns aspectos do grupo relacionados ao significado e prática da autogestão, cujo impacto neste espaço se revelou na forma como as pessoas apresentaram a temática na aplicação dos instrumentos de pesquisa (expressões emocionais e forte mobilização social em torno da temática), constituindo-o assim como núcleo de produções de sentidos. Este núcleo de sentido pôde ser compreendido a partir do seu desdobramento em dois sub-núcleos: (a) cooperação entre os membros e (b) decisões participativas.

Subnúcleo de Sentido 1: Cooperação entre os membros

Este sub-núcleo constitui a tensão entre a idealização da Economia Solidária e a prática da cooperação entre os membros. Alguns indicadores foram elaborados a partir da história de vida deste sujeito, relatada em uma dinâmica conversacional:

“Eu tenho nas minhas falas: Vamos trabalhar juntas, vamos prosperar. Nós temos tudo pra conseguir as coisas. Olha, eu já passei por tanta coisa. Virei doméstica, já fui massagista das mulheres da alta. To aqui junto com você. Você também veio da roça... então nós somos capazes!”

Nesse trecho, observamos um indicador de que as experiências anteriores adquirem um novo sentido subjetivo relacionado à força e determinação dessa pessoa a motivar os outros trabalhadores a continuarem no empreendimento.

Aqui vemos novas produções de sentido relacionadas a sua história de vida, indicando seu posicionando como uma pessoa “batalhadora”, que se caracteriza como elemento central da sua configuração subjetiva atual. Essas experiências foram produtoras de sentidos subjetivos que perpassaram emoções e processos simbólicos associados à perseverança, à superação das dificuldades, à superação dos obstáculos, os quais se configuram no momento atual como elementos associados e de impacto na participação do sujeito no grupo como espaço de cooperação e autogestão.

“Aí eu sempre procuro fazer as coisas pra servir de espelho pra elas... 'Ela tá conseguindo eu também vou'. E eu procurando sempre assim, nas minhas palavras 'NÓS vamos conseguir... E nós temos que ser professoras para as novatas'. Todas as informações que eu adquiria fora eu chegava lá e passava pra elas.”

Na frase acima, observamos um indicador de que a pessoa toma sua história pessoal como ensinamento social, como ferramenta para impulsionar os demais membros a se engajarem no empreendimento. Isso se desdobra em elementos emocionais que se configuram na sua relação com outros trabalhadores do grupo:

“Eu nunca fiquei presa, eu sempre procurei aprender. Sempre. Sempre gostei de estudar. Sempre busquei não ficar parada aí. A vida inteira... (risos) Sempre gostei. Então eu acredito muito na transformação. Eu to frustrada de não ver a transformação das meninas...”

Vemos no trecho acima um indicador de como o espaço social do empreendimento se configura como um momento de frustração para este sujeito. Isso se associa com o acometimento de intrigas constantes entre alguns membros, o que foi relatado em diálogos informais com duas pessoas que participaram da pesquisa. Percebemos um indicador de conflitos interpessoais associados à gestão do grupo, gerando barreiras na participação e envolvimento num nível cooperativo.

Em outros momentos, pudemos observar elementos de conflitos que se configuraram na organização subjetiva do grupo. Um desses momentos foi uma reunião da associação, na qual um sujeito que estava passando por alguns conflitos pessoais com uma liderança do grupo se posicionou da seguinte maneira:

“Desde o começo eu estou participando. Eu sei que está rolando um clima pesado. (...) E isso não é de agora. (...) A gente sente quando chega num grupo e se sente rejeitado.”

Nesse trecho, é evidente um indicador do sentimento de não-integração desse sujeito no grupo, o que lhe proporciona sensações de exclusão e que impactam no seu acesso a esse espaço social, tanto pelo sentido subjetivo individual que produz sobre seu acolhimento no grupo quanto pela organização subjetiva social do grupo associada a barreiras para agregar um membro que está envolvido em conflitos interpessoais. Isto demonstra como a experiência do convívio em um grupo associativo, mesmo pautado no princípio da solidariedade, pode ser subjetivada por emoções negativas em relação a um cenário de gestão compartilhada, apresentando elementos de tensão e contradição que caracterizam os grupos associativos de produção. A associação das pessoas não garante, por si só, a integração social desde o estabelecimento de afetos, nem de relações de amizade entre seus trabalhadores associados, mas implica na presença de emocionalidade nas relações sociais entre os membros do grupo e que impactam no propósito do mesmo e no próprio significado da associação.

Subnúcleo de Sentido 2: Decisões participativas

Este núcleo de sentido pôde ser compreendido a partir das configurações elaboradas por meio dos conflitos interpessoais presentes no espaço do grupo, desenhando-se pelo confronto de três membros com um integrante que ocupa posição diretiva na associação, e apresenta práticas centralizadas de tomadas de decisões. Uma das três pessoas apresentou a fala abaixo numa reunião:

“Muitas vezes chegamos e ninguém falou com a gente. Eu ouvia o pessoal perguntando um pro outro 'Quer anotar? Quer anotar?', sendo que EU era a secretária! Você tem que sentir mais confiança com as pessoas que você trabalha pra tocar o processo, senão não dá! (...) A gente se sentia mal porque você já falava tudo que já tinha que fazer. 'Vamos fazer isso, assim e assim!'. Então a gente se sentiu excluído das decisões.”

Na fala acima percebemos que a subjetividade social do empreendimento configura-se ao redor das relações de cooperação, inerentes aos aspectos simbólico da Economia Solidária como espaço de gestão compartilhada do trabalho, o que permite visualizarmos o indicador do envolvimento de todos nas decisões, e das emoções abarcadas na repercussão negativa para o cenário do grupo associativo quando as práticas se desalinham deste significado (como sensação de desvalorização, desamparo, não reconhecimento, sentimento de pertença fragilizado). Observamos aqui a produção de um sentido subjetivo associado à injustiça e desamparo quando o sujeito experiencia seu papel no grupo e sua importância nas decisões ignorados.

“Quando fracassamos: é muito triste
Não gosto: de injustiça
Quando eu fracasso: é horrível
Ter chefe: depende do funcionário
Não quero: ser injusta
Gostaria: de ter os dons de transformar as pessoas”

No completamento de frase acima de uma pessoa que ocupava cargo diretivo no grupo percebemos vários indicadores de como o papel de dirigente é vivenciado com muita responsabilidade e tensão para este sujeito no desenvolvimento do empreendimento frente a) às consequências de um possível fracasso como pessoa e como grupo; b) à exigência de atuação justa junto aos demais membros por ser dirigente do grupo; e c) ao confronto entre sua atuação baseada em tensões entre persuasão e coerção.

Percebemos que este sujeito não se expressa contrariamente à hierarquia nas relações de trabalho, como na frase “Ter chefe: depende do funcionário”. Nesta contradição temos um indicador de que a condição de chefe não é experienciada como uma prática necessariamente negativa, possibilitando a permissividade da atuação autoritária desse sujeito no cenário do empreendimento, que deveria ser autogestionado partindo-se dos pressupostos da Economia Solidária.

Esse confronto entre decisões que precisam ser compartilhadas devido à autogestão da associação e o papel de dirigente indica um elemento de tensão, que gera novos sentido subjetivos relacionados às decisões pautadas no modelo chefe-subordinado.

Durante uma reunião do grupo, uma dirigente da associação tomou a decisão de excluir os três membros do grupo com os quais tinha conflitos interpessoais. Em seguida, um sujeito se posiciona contrário a esta decisão:

“Fica esse autoritarismo. (...) Mas eu acho que tem que ir devagar. Ir aceitando as pessoas como elas são, não ir desmanchando tudo de uma vez!”

Aqui vemos indicadores do sentido subjetivo relacionados a agregação da outra pessoa e superação de dificuldades de gestão compartilhada do grupo, o que pode ser compreendido, por exemplo, pelo modo como o modelo chefe-subordinado perpassa o sentido subjetivo relativo à autogestão e aos processos de tomada de decisões neste cenário, configurando um importante elemento de tensão constituinte da subjetividade social deste grupo associativo de produção.

Percebemos que essa reunião refletiu um espaço dialógico e momento expressivo da autogestão do empreendimento, onde as pessoas se posicionam cara a cara e frente às lideranças construídas ou estabelecidas a partir de processos coercitivos pautados no modelo chefe-subordinado, gerando novos sentidos subjetivos relacionados à cooperação e tomadas de decisão e podendo ou não se posicionar como sujeitos. Vemos a produção de sentidos subjetivos sobre a atuação de líderes relacionada a decisões participativas, onde percebemos um indicador de que o posicionamento dos dirigentes no grupo também agrega sentidos subjetivos contraditórios associados à tensão entre sua própria atuação como facilitador da participação de outros sujeitos e as práticas de gestão arraigadas num modelo de gestão pautado nas relações subordinadas, competição e imposição de decisões.

Considerações Finais

No presente artigo pudemos demonstrar a contribuição da psicologia social crítica na construção de um saber alternativo sobre o trabalho, a partir do olhar da subjetividade para o fenômeno. Orientamo-nos na desmistificação do trabalho enquanto abstração, vislumbrado para além da ótica empresarial-capitalista e analisando o cenário prático de uma perspectiva que se propoe alternativa.

Pudemos compreender a Economia Solidária como expressão de atividades produtivas construídas historicamente e situadas num modo de produção Capitalista, delimitadas por macroestruturas sociais e apresentando nas práticas cotidianas variados elementos de tensão e contradição nas relações sociais dos grupos associativos de produção.

Com este trabalho investigativo, percebemos que as pessoas pertencentes aos grupos associativos de produção, trazem consigo suas trajetórias pessoais e histórias de vida. Isso permite compreendê-los para além do seu aspecto simbólico de prática da solidariedade na produção de bens e serviços, constituindo um espaço de elaboração de sentidos subjetivos (individuais e sociais) onde a emocionalidade se relaciona aos múltiplos aspectos político-sociais que permeiam o seu desenvolvimento.

Percebermos que a subjetividade social da comunidade perpassa a subjetividade social do grupo associativo de produção num processo recursivo. O empreendimento desempenha um papel de propulsor do desenvolvimento local, onde seus membros produzem sentidos subjetivos associados à imagem de si enquanto agentes de desenvolvimento local, cuja ação social se orienta para a transformação da comunidade por meio da participação ativa num espaço de produção em associações.

O engajamento político que perpassa a produção de sentidos subjetivos relacionados a políticas públicas (de transporte, moradia e trabalho) nos revela um posicionamento político dos moradores da comunidade, o que normalmente não é reconhecido nem pelos partidos políticos nem pelo próprio cenário social da comunidade. A realidade de exclusão social numa comunidade não é condição a priori para passividade política e atuação acrítica dos seus moradores, indicando a relação entre políticas locais e processos de participação social com a prática da Economia Solidária, como possibilidade de construção e expressão do sujeito desde o aspecto político de sua atuação nos cenários das comunidades, a partir da crítica à realidade cotidiana e ao exercício do poder institucionalizado.

A cooperação não é entendida por elementos causalísticos lineares das instâncias psíquicas da pessoa, como é referido usualmente ao tema da personalidade na psicologia e da tipologia funcional nas relações de trabalho dentro da psicologia organizacional, mas através de processos subjetivos que se desenvolvem na ação da pessoa em diferentes espaços sociais, na relação que elas estabelecem entre si e na produção de sentidos subjetivos associados a configurações sociais e individuais, especificando a qualidade subjetiva das relações de cooperação. A associação das pessoas não garante, por si só, a integração social desde o estabelecimento de afetos, nem de relações de amizade entre seus trabalhadores associados, mas implica na presença de emocionalidade nas relações sociais entre os membros do grupo e que impactam no propósito do mesmo e no próprio significado da associação.

Muitos elementos de tensão entre o papel do líder e as tomadas de decisões constituíram indicadores das dificuldades de autogestão do grupo relacionadas ao carácter emocional e simbólico dessas práticas. O posicionamento das lideranças no grupo também agrega sentidos

subjetivos contraditórios associados à tensão entre sua própria atuação como facilitador da participação de outros sujeitos e às práticas de gestão arraigadas num modelo de gestão pautado nas relações subordinadas, competitivas e com decisões impostas numa relação hierárquica.

A prática cooperativa nos grupos associativos de produção (empreendimentos econômicos solidários) é permeada por fortes cargas emocionais que se relacionam às ações de acolhimento e resolução de conflitos, indicando que o fazer Economia Solidária se caracteriza pela construção de laços afetivos que podem ser experienciados de forma positiva ou negativa entre os membros do grupo, cujo impacto no trabalho associativo nos permite direcionar maior atenção à sua dimensão emocional.

A partir deste estudo científico de abordagem psicológica, podemos identificar que existem tensões entre a prática da Economia Solidária e sua significação como processo de transformação social que impactam na sua vivência cotidiana enquanto alternativa econômico-social, complementando outras análises das ciências sociais sobre essa temática enquanto alternativa de transformação social real. Em meio às tensões apresentadas no dia a dia de sua prática, percebemos que a Economia Solidária se caracteriza como um projeto de desenvolvimento econômico-social que ainda precisa ser melhor explorado e compreendido no âmbito científico, desde um olhar crítico para seus significados, suas práticas cotidianas e sua relação de ruptura/dependência com as macroestruturas em que se insere.

Por fim, consideramos os grupos associativos de produção como uma experiência de trabalho caracterizada por produções de sentidos subjetivos relacionadas ao trabalho, ao espaço comunitário em que o grupo se desenvolve e à autogestão, constituídas por elementos simbólicos e emocionais. O desenvolvimento de outras investigações desde a psicologia social crítica e com diferentes unidades de produção de bens e serviços (fábricas recuperadas e autogeridas, e as redes de cooperativas, por exemplo), e sobre outros processos psicossociais que perpassam os grupos associativos de produção, pode subsidiar maior aprofundamento sobre as propostas anti-capitalistas de produção e transformação social. No atual estágio da sociedade do Capital, em que a exploração e injustiça social são dominantes nas relações de trabalho de formas cada vez mais sofisticadas e globalizadas, é imperativo pensarmos no papel da psicologia, tendo a abordagem da subjetividade como ferramenta, na compreensão crítica dos nossos cenários e nossos projetos para construção de caminhos alternativos urgentes, necessários e possíveis.

Referência Bibliográficas

- CORAGGIO, José Luis. Es posible otra economía sin (otra) política? Coraggio, J. L. Economía social, acción pública y política, CICCUS, 2007.
- _____. La gente o el capital: desarrollo local y economía del trabajo. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2004.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FBES, Relatório da IV Plenária Nacional de Economia Solidária, 2010. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=112&Itemid=216
- FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em <<http://www.fbes.org.br/noticias/>>. Consulta em 20 de novembro de 2008.
- FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 11, n. 1, Porto Alegre, 1998.
- FURTADO, Odair. As dimensões subjetivas da realidade: uma discussão sobre a dicotomia entre a subjetividade e a objetividade no campo social. Em: ODAIR, Furtado & GONZÁLEZ REY, Fernando Luis (Orgs). Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- _____. Psicologia e relações de trabalho: em busca de uma leitura crítica e uma atuação compromissada. Em: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org). A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.
- GAIGER, Luiz. Empreendimento econômico solidario. En CATTANI, Antonio; CORAGGIO, J. L.; LAVILLE, Jean-Louis. Dicionário da Outra Economia. Buenos Aires: UNGS/Altamira, 2009.
- GERMER, Claus. A “economia solidária”: uma crítica marxista. Outubro n. 14. 2º semestre 2006.
- GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. Psicologia da Educação, São Paulo, n. 24, 2007.
- _____. Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção de informação. São Paulo: Thomson, 2005.
- _____. Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson, 2003.
- GUERRA, Pablo (Org.). ¿Cómo denominar a las experiencias económicas solidarias basadas en el trabajo? Diálogo entre académicos latinoamericanos acerca de la polémica conceptual. Otra economía, vol. 1, n. 1, 2º semestre de 2007. Disponível em <<http://www.riless.org/otraeconomia/indexedicao1.html>>
- MANCE, Euclides. Políticas públicas para o desenvolvimento econômico-solidário do Brasil. I Conferência Nacional de Economia Solidária, 2006. Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_txtdiscussao.asp>

- MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 03, nr. 05, pags. 51-59, 2002.
- MORIN, Edgar. Problemas de uma epistemologia complexa. Em: MORIN, Edgar (Org.). O problema epistemológico da complexidade. 3. ed. Lisboa: Europa-América, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa & RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. Em: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Porto: Afrontamentos, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 1995.
- SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SIES – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. Ministério do Trabalho e Emprego. Atlas da Economia Solidária, 2007. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>
- TOURAINÉ, Alain. Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2006.